D. JOÃO V E OS BANQUETES NO PALÁCIO EM SANTO ANTÃO DO TOJAL EM 1730

FLORBELA ESTÊVÃO*
PAULA PITACAS**

Resumo: *Neste artigo pretendemos abordar a hierarquização social a partir de comportamentos e dispositivos relacionados com as atitudes e papéis sociais assumidos à mesa de comensalidades e sua correlação com as arquiteturas, ou seja, em concreto, com as várias salas de aparato do palácio de Santo Antão do Tojal (Loures). Partimos da análise das* Memórias Paroquiais *que descrevem as múltiplas receções oferecidas pelo patriarca D. Tomás de Almeida, com especial enfoque no jantar de 16 de outubro de 1730, onde esteve presente o rei D. João V com alguns elementos da sua corte. A organização espacial dos convivas evidencia o lugar simbólico de cada participante na hierarquia daquela corte do século XVIII. A distribuição da(s) mesa(s) nos vários espaços do palácio é a metáfora perfeita do lugar de cada elemento na sociedade e do seu estatuto. Também aqui, neste palácio, o ritual funcionava como instrumento de afirmação régia.*

Palavras-chave: *D. João V; comensalidade; Tomás de Almeida; etiqueta; Santo Antão do Tojal.*

Abstract: *In this paper, we aim to address social hierarchy based on behaviours and devices related to attitudes and social roles assumed at the dining table and their correlation with architecture, specifically with the various state rooms of the Santo Antão do Tojal palace (Loures). We begin with an analysis of the* Parish Memoirs*, which describe the many receptions offered by Patriarch Tomás de Almeida, with a special focus on the dinner of 16th October 1730, which was attended by King João V and some members of his court. The spatial organisation of the guests highlights the symbolic place of each participant in the hierarchy of that 18th-century court. The distribution of the table(s) in the various rooms of the palace is the perfect metaphor for the place of each element in society and its status. Here too, in this palace, ritual served as an instrument of royal affirmation.*

Keywords: *King John V; commensality; Tomás de Almeida; etiquette; Santo Antão do Tojal.*

> *Mas vem agora entrando D. Nuno da Cunha, que é o bispo inquisidor, e traz consigo um franciscano velho. Entre passar adiante e dizer o recado há vénias complicadas, floreios de aproximação, pausas e recuos, que são as fórmulas de acesso à vizinhança do rei* (Saramago 2014, p. 12).

A presente comunicação insere-se no desenvolvimento do Projeto Rota Memorial do Convento, uma iniciativa cultural e turística assente no conhecido livro de José Saramago, obra incontornável da literatura portuguesa. Promovido pelos municípios de Loures, Lisboa e Mafra, o projeto conta com a Fundação José Saramago como

* Câmara Municipal de Loures. Email: florbela_estevao@cm-loures.pt. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0158-9596.
** Câmara Municipal de Loures. Email: paula_pitacas@cm-loures.pt.

parceira estratégica. Pela primeira vez em Portugal, um livro deu origem a uma rota cultural, que resgata lugares com relevância histórica, patrimonial e paisagística, entrelaçando-os com a narrativa ficcional.

A Rota é simultaneamente um percurso e oferta cultural, com uma programação diversificada, promovida quer pelos municípios, quer pela Fundação José Saramago. O lirismo épico da obra une entidades distintas na criação de um itinerário que celebra figuras como Blimunda e Baltasar, o sonho voador de Bartolomeu de Gusmão e a devoção musical de Domenico Scarlatti, transpondo o passado histórico para a contemporaneidade[1].

Este artigo pretende igualmente contribuir para a valorização do conjunto patrimonial de Santo Antão do Tojal, aportando novos conteúdos fundamentais para a dinamização e divulgação do projeto turístico e cultural da Rota Memorial do Convento.

Centremo-nos agora no local do jantar que inspira esta comunicação.

Desde o século XIII que o Bispado de Lisboa detinha a Quinta de Pêro de Viegas, em Santo Antão do Tojal. No século XVI há registo da existência de uma igreja e palácio, este último com um pequeno jardim/horto nas proximidades da residência principal[2].

No século XVIII, a paróquia integrava o termo e comarca da cidade de Lisboa, situando-se a cerca de três léguas da capital e contando com aproximadamente 150 fogos. A povoação desenvolvia-se entre a estrada real que ligava Loures a Alverca e a zona alagadiça da várzea onde se explorava o sal. Nesta época, tanto o rio Trancão como alguns dos seus afluentes eram navegáveis, existindo vários cais bordejando a planície. Nas proximidades de Santo Antão do Tojal houve um cais junto à ribeira de Fanhões, subsidiária do rio Trancão, o que permitiu uma grande mobilidade de pessoas e produtos entre a capital do reino e esta região produtora de alimentos essenciais não só para a grande urbe, mas também para exportação para outros países, como foi o caso do vinho.

Como se percebe, esta propriedade estava bem localizada, numa zona de terras férteis, relativamente próxima da corte, com acesso por vias terrestres e fluviais. Segundo a documentação e as evidências arquitetónicas, esta quinta produtora conciliava também uma vertente de lazer similar a outras tantas quintas de recreio que proliferaram na região de Lisboa nos séculos XVII e XVIII.

Anteriormente às reformas promovidas por D. Tomás de Almeida já ali existia uma casa apalaçada, embora a mesma não estivesse de acordo com os desejos de um grande senhor eclesiástico. Esta preexistência condicionou as obras de ampliação e

[1] Projeto Rota Memorial do Convento, disponível em: https://www.rotamemorialdoconvento.pt.
[2] ANTT. *Memórias Paroquiais*, vol. 36, n.º 58, pp. 372 e 373.

melhoramento do conjunto nobre. O corpo anterior apresentava uma planta em L, estrutura que terá sido aumentada para um corpo de planta em U, com um pátio destinado à receção do proprietário, assim como da corte que o acompanhava, familiares e ilustres convidados (Pereira 2022, pp. 406-408). As *Memórias Paroquiais* mencionam precisamente este aspeto, ou seja, as casas existentes seriam próprias para um pároco, mas nunca para uma figura tão importante do reino como o 1.º patriarca de Lisboa.

> *As ditas casas no tempo do Senhor Dom Tomas de Almeida e o jardim pela sua estreiteza e menor arquitetura eram suficientes para habitação de um Pároco mas muito indecentes para Palácio de um Prelado Diocesano ainda com menor dignidade como a do Bispo e como em outro lugar direi e se tanto o jardim como o Palácio era neste tempo tão indecente daquela dignidade e tão defeituoso pois nem oficinas tinha para serviço dos referidos*[3].

O primeiro patriarca, D. Tomás de Almeida, prosseguiu a sua linha reformadora enquanto bispo do Porto (Pereira 1991) ao promover a construção de dois palácios ou casas de campo em duas quintas próximas da capital e da corte: o palácio dos Arcebispos em Santo Antão do Tojal e o palácio da Mitra em Marvila (Simões 2017, p. 6). A residência reedificada na quinta de Santo Antão do Tojal, assim como o conjunto monumental da praça, enquadra-se numa arquitetura de recreio de inspiração italiana, revelando uma proximidade com a vanguarda europeia da sua época. Aliás, a criação de uma praça em contexto rural poderá ser interpretada, segundo alguns autores, como a reedição, a uma escala menor, do projeto do Porto.

> *Este conjunto de palácio, igreja e jardim permanece pertença dos Bispos de Lisboa até à nomeação de D. Tomás de Almeida. O seu estado de conservação era então ruinoso. Por isso, e atendendo sobretudo ao estado em que se encontrava a igreja, o Patriarca ordenou obras de restauro e ampliação do espaço de lazer* […]. *A praça incompleta de Santo Antão do Tojal, embora com uma outra conceção e de menores dimensões, seria uma reedição do projeto já preconizado no Porto, e um sinal inequívoco do pensamento pragmático de D. Tomás de Almeida* (Pereira 1991, pp. 47-48).

Entre 1728 e 1732, D. Tomás de Almeida contratou o arquiteto italiano António Canevari para uma grande intervenção no palácio, quinta e igreja. Dessa ação resultou o Conjunto Monumental de Santo Antão do Tojal (Meco 1985a, p. 25). Estas importantes obras de renovação criaram as condições para se realizarem em Santo Antão do Tojal cerimónias, com as respetivas etiquetas próprias da hierarquização

[3] ANTT. *Memórias Paroquiais*, vol. 36, n.º 58, p. 386.

sociossimbólica da época, à semelhança do que acontecia no Paço da Ribeira[4]. Destacamos, uma vez mais, a importância do espaço, como elemento essencial da encenação pública do poder associado à figura do 1.º patriarca.

> *Os dois palácios resultaram de adaptações sóbrias e singelas de construções pré-existentes, manifestando grande simplicidade ao nível dos vãos e da conceção exterior, com exceção do enfatuamento dos portais de acesso aos pátios, revelando ambos também um carácter sóbrio e tradicional na disposição dos espaços internos, onde a complexidade normal e as preocupações de elaboração arquitetónica se concentram nas escadarias nobres, mais imponente a do palácio de Lisboa* (Meco 1985b, p. 16).

O 1.º patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, teve necessidade de reformar faustosamente estas suas duas residências de recreio, como forma de reforçar simbolicamente o seu poder sempre que recebia convidados ilustres. Este seu objetivo estava, evidentemente, em sintonia com a política de D. João V, que desde o início do seu reinado sempre procurou engrandecer a Capela Real e a criação da Igreja Patriarcal de Lisboa. Obter este benefício por parte do papa significou a concretização de uma estratégia política de afirmação clara do seu poder absoluto, nomeadamente ao nível interno, mas também junto do próprio papado e das restantes grandes cortes europeias.

Neste contexto, sendo D. Tomás de Almeida uma figura importante na corte do rei, apresentava-se sempre com uma comitiva, uma espécie de «pequena corte» que o acompanhava sempre que promovia qualquer ação pública, rodeando-se de toda a grandiosidade que o seu estatuto simbólico-social implicava. Nas várias cerimónias, jantares e «refrescos» que ofereceu ao rei e família real no seu palácio de Santo Antão do Tojal, a etiqueta e o cerimonial obedeciam à cenografia própria do Barroco.

A título de exemplo desse aparato, associado à presença do patriarca, recordamos a sua entrada pública em Lisboa, em fevereiro de 1717, evento marcado por um cortejo de grande solenidade, assistido pelo clero regular e secular, a nobreza e as autoridades da cidade, onde não faltaram as janelas enfeitadas, as luminárias, a arquitetura efémera sempre presente nestes acontecimentos.

> *que no dia de sabbado em que o Patriarca hade fazer a entrada ordene o Senado se armem as ruas, e janelas por one elle vier, e que tão bem se armem as portas*

[4] Ferreira-Alves afirma num dos seus estudos que «Durante o século XVIII realizaram-se, em grande número, festas que tiveram como finalidade comemorar acontecimentos relacionados com a dinastia de Bragança. Os nascimentos, os casamentos, os aniversários e também os falecimentos ocorridos na Família Real serviam de pretexto para manifestações que pretendiam acima de tudo enaltecer a imagem da família reinante, afirmar o seu poder e unir todo o reino num sentimento comum de lealdade, de amor e respeito para com os Braganças» (Ferreira-Alves 2014, p. 155).

de Santo Antão pondose nellas pintadas as armas do Pontífice, as armas de Sua Magestade e as do Patriarca[5].

A criação de um espaço de representação é fundamental para a concretização de determinadas cerimónias, especialmente públicas. Em Santo Antão do Tojal, o primeiro patriarca irá cuidar de reformar a sua casa de campo (Pereira 1992, p. 84), de modo a concretizar uma unidade que ultrapassará a residência principal com o seu jardim, mas englobará um espaço público, a praça, onde se pode apresentar sozinho com a sua comitiva, ou em associação com os seus ilustres convidados. Ao contrário do seu projeto na cidade do Porto, aqui a função na nova praça foi a de criar um espaço de festa para promoção do grande senhor eclesiástico.

> *Resultando de uma política real, D. Tomás de Almeida, Patriarca-Construtor, reeditou no Tojal o Projeto do Porto, em escala menor. O conjunto resulta num cenário íntimo de glorificação pessoal. Apesar do seu carácter urbano, não constitui polo de desenvolvimento da aldeia rural. A praça é, na verdade, um espaço fechado, onde as populações vinham participar na retórica festa de promoção do patriarca* (Pereira 1992, p. 80).

Neste conjunto barroco, o palácio estava ligado à igreja através de uma tribuna, como já foi mencionado. Esta solução (em menor escala, evidentemente) é semelhante à da Real Obra de Mafra não só no estilo italianizante (como o revestimento das paredes com vários tipos de mármores), mas também na funcionalidade. Este espaço, confluência entre o templo e a residência, possibilitava a comunicação com o exterior, a praça, através de uma varanda, conhecida como a varanda das bênçãos (Pereira 1992, p. 59).

Junto a este conjunto residencial existe um edifício também barroco, o palácio-fonte, que confere grande monumentalidade e espetacular cenografia à praça. Do antigo jardim barroco subsistem dois pombais, dois tanques, alegretes, três bancos com espaldar de azulejos, e alguns elementos do sistema hidráulico. Este espaço recebia a água proveniente do aqueduto, encaminhada desde Pintéus, obra essencial não só para a rega do jardim, mas também para consumo dos habitantes da povoação de Santo Antão do Tojal, assim como para o cultivo da quinta do patriarca.

Importa relembrar a conhecida importância da água nos jardins barrocos como elemento estrutural que desenhava o espaço, bem como as suas propriedades cenográficas e simbólicas (Carapinha 1995). A água assumia uma simbologia multifacetada.

[5] AML-AH. *Chancelaria Régia*, Livro 1.º de consultas e decretos de D. João V do senado ocidental, Aviso sobre a cerimónia da entrada do Patriarca em Lisboa, fl. 105.

Ela era utilizada para criar efeitos visuais espetaculares, como fontes, cascatas, espelhos de água, etc. Mas, também, representava a purificação, a fertilidade, a renovação da natureza. No conjunto específico que aqui nos ocupa já destacámos a importância e imponência do palácio-fonte, com os seus vários mascarões por onde jorrava a água. O próprio aqueduto assumia uma posição relevante na paisagem local com a



Fig. 1
Praça Monumental de Santo Antão do Tojal, Loures
Fonte: Fotografia de Florbela Estêvão, 2024



Fig. 2
Entrada principal do Palácio dos Arcebispos de Santo Antão do Tojal, com um portal que ostenta as armas do patriarca
Fonte: Fotografia de Florbela Estêvão, 2024



Fig. 3
Palácio-fonte, elemento essencial do conjunto barroco
Fonte: Fotografia de Florbela Estêvão, 2024

sua extensa e elevada arcaria. No jardim, além dos tanques, terão existido dois lagos e outras fontes, elementos que atualmente se perderam, e cujas características só um estudo mais apurado ao nível da arquitetura e arqueologia dos jardins poderá eventualmente recuperar[6].

O conjunto arquitetónico articula-se em torno da praça, de grande efeito cenográfico, e liga-se ao aglomerado rural envolvente através de uma alameda, conseguindo assim, para aquele que se aproxima do local, um eixo perspetivo, direcionado para a fachada principal da igreja. O espaço, à chegada, orienta o olhar para a igreja e palácio-fonte, evidenciando a hierarquia simbólica e o alto grau de importância social, religiosa e até política do local. Sem dúvida que a praça em questão constitui um exemplo raro de urbanismo barroco em Portugal; de facto, D. Tomás de Almeida, ao promover a edificação deste conjunto, tinha a ambição de tornar a aldeia de Santo Antão do Tojal num espaço enobrecido em concordância com o seu estatuto social e político dentro da corte; mas tudo indica que o objetivo principal tenha sido a criação de um espaço público fundamental para as cerimónias de representação do seu papel social-simbólico como grande senhor nobre.

> *principal intento que o dito Prelado teve nesta fundação foi o querer fazer neste sitio casas para camara e tudo mais que e preciso para a fundação de uma villa o que Intentava alcançar por faculdade regia e frustrando-se este intento mandou acabar o dito Palácio novo para dar acomodação as Majestades querendo vir assistir ao referido sitio sem Incomodo nem das Majestades nem dos Prelados e por esta razão tinha determinado por arco de pedra fazer comunicação deste novo Palácio para o antigo por cujo motivo fez mudar o celeiro da Mitra do Lugar*[7].

No esquema apresentado abaixo (Fig. 4) são evidentes os vários eixos que orientam o olhar, tão característicos do urbanismo barroco português. Estes eixos são elementos centrais na organização do espaço urbano, visando a criação de perspetivas monumentais, criando um efeito de grandiosidade, e simultaneamente são também a expressão do poder e da ordem. A alameda de acesso direciona o olhar para a fachada principal da igreja, como referido antes, depois o olhar centra-se no palácio-fonte, e a seguir, já na praça, o olhar do visitante abarca todos os três elementos fundamentais, igreja, palácio e palácio-fonte. A fonte monumental, com o seu movimento da água, elemento essencial à vida, mas também como fluido, criando uma cenografia animada e sonora, é a peça pública de destaque; a igreja reformada e enriquecida é a afirmação do poder eclesiástico, do poder divino; o faustoso portal

[6] ANTT. *Orfanológicos, Inventário dos bens do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida*, letra C, maço 82, n.º 1.
[7] ANTT. *Memórias Paroquiais*, vol. 36, n.º 58, p. 452.

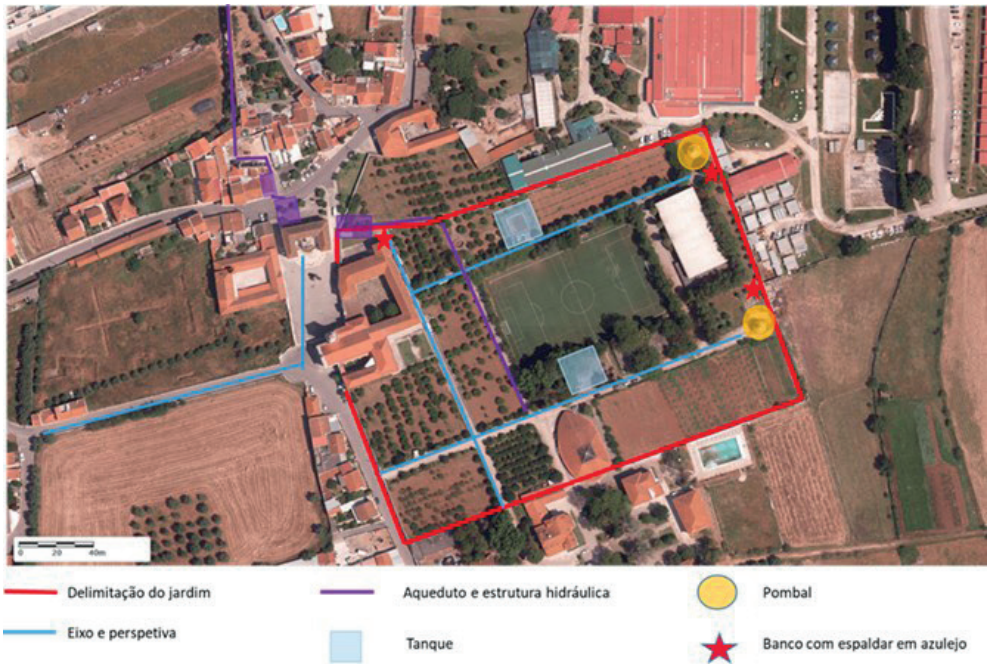


Fig. 4. Vista área da praça barroca com destaque para os vários eixos orientadores
Fonte: Base da imagem: Câmara Municipal de Loures

com as armas do patriarca D. Tomás de Almeida é a delimitação entre o público, a praça, e a residência do grande senhor, o espaço mais privado.

É neste espaço mais privado, reservado ao seu proprietário e convidados ilustres, que se enquadra o jardim, prolongamento da casa principal. O jardim organizava-se também, de acordo com o conjunto edificado, em torno de três eixos fundamentais: o eixo ladeado por muros com revestimento azulejar, bancos e alegretes; o eixo da entrada lateral da quinta em articulação com um dos pombais; e o eixo que liga o acesso situado entre a casa e o jardim, em conexão com outro pombal.

O interior do palácio revela um refinado trabalho de cantaria, com janelas, varandas e escadaria, e valioso património azulejar do século XVIII (Meco 1985b, p. 16) com programa iconográfico simples, de séries temáticas, apropriado a um espaço de recreio, e com certeza correspondendo ao gosto do proprietário; está atribuído à oficina de Bartolomeu Antunes, tendo os azulejos que o compõem sido pintados por Nicolau de Freitas, muito provavelmente de colaboração com outro pintor, ainda não identificado. Desconhecemos, contudo, se foram aplicados em conjunção com um projeto mais completo de decoração e enobrecimento dos espaços interiores, incluindo, claro, indispensável mobiliário e outros meios ou objetos de embelezamento. Os quadros representados nos vãos da escada e as



Fig. 5
Um dos eixos do jardim ladeado por muros revestidos a azulejo
Fonte: Fotografia de Florbela Estêvão, 2024



Fig. 6
Outro eixo do jardim entre o palácio e um pombal
Fonte. Fotografia de Florbela Estêvão, 2024



Fig. 7
Um dos dois pombais, colocados simetricamente num dos limites do jardim murado. Destaque, também, para o banco com espaldar, ambos revestidos a azulejos e o segundo com uma representação de Santo António
Fonte: Fotografia de Florbela Estêvão 2024

imponentes figuras de convite distribuídas ao longo da escadaria conferem grande simbologia a esse espaço de ascensão de quem entra para o andar nobre. Destacamos ainda, na última sala, as figurações das artes liberais. Nesta sala, o painel alusivo à eloquência engloba uma possível representação do rei, de Tomás de Almeida e seus familiares, numa eventual cena de beija-mão. Cerimónia, aliás, referenciada nas *Memórias Paroquiais* a este espaço em concreto aquando das visitas do monarca.

De todo o conjunto interior, os estudiosos destacam a Sala da Tribuna/das Bênçãos como a peça de maior influência italiana, denunciando a proveniência do seu autor e, claro, o gosto que imperava na sociedade cortesã da época de D. João V.



Fig. 8
Vista interior do palácio no piso de aparato com as salas sequenciais
Fonte: Fotografia de Florbela Estêvão, 2024



Fig. 9
Vista do interior do palácio, referente à sala de aparato decorada com as representações das estações do ano e dos elementos da natureza
Fonte: Fotografia de Florbela Estêvão, 2024



Fig. 10
Pormenor da escadaria de aparato, com destaque para uma das figuras de convite
Fonte: Fotografia de Florbela Estêvão, 2024



Fig. 11
Pormenor de um dos painéis de azulejos da sala com as representações das artes liberais
Fonte: Fotografia de Florbela Estêvão, 2024



Fig. 12
Pormenor de um dos painéis de azulejos alusivo à eloquência com uma provável representação do rei, de Tomás de Almeida e seus familiares, numa possível cena de beija-mão
Fonte: Fotografia de Florbela Estêvão, 2024



Fig.13
Interior da Sala das Bênçãos ou Tribuna evidenciando uma clara influência italiana
Fonte: Fotografia de Florbela Estêvão, 2024

Na campanha de obra promovida por D. Tomás de Almeida e atendendo ao estado ruinoso em que então se encontrava a igreja matriz, sobretudo a nível do teto, sem notícia de intervenção desde o tempo de D. Fernando de Vasconcelos, mandou o patriarca fazer novo teto com as suas armas e acrescentou o altar maior. O que acabou por determinar a relocalização da Tribuna, num vão que ficava entre a torre da igreja e o palácio. Riquíssima casa, no dizer da época, na qual mandou fazer uma janela com a sua varanda. Foi feita com prestigiosas pedras, mármore rosa, branco e preto, de diferentes tonalidades, decorada com painéis de mármore preto dispostos em redor da sala com inscrições bíblicas, em latim, alusivas ao mistério da Conceição e com medalhões em alabastro. Nas duas salas contíguas, de planta retangular e teto em masseira, as paredes eram decoradas com couro escuro, carmesim e dourado.

Segundo o inventário dos bens do cardeal-patriarca após o seu falecimento, na Tribuna existiam «Tres almofadas de veludo cramezim goarnecidas com galão e borlas de ouro fino, Tres cadeirinhas pequenas de rotola fina nos assentos de madeira axaroada azul e ouro sem encostos»[8].

Por sua vez, a sala contigua à Tribuna, designada no inventário como a «1ª caza mística», possuía um valioso recheio, desde mobiliário a várias imagens religiosas, assim como peças de «louça da Índia» a azul e branco com ouro, até cortinas encarnadas.

> *Hum painel sem moldura pintura em pano de Nossa Senhora da Conceição que terá vinte e sinco palmos de alto, e des de largo, e se acha coberto com liagem o qual painel he novo*
>
> *Huma imagem de Nossa Senhora da Conseisão de marfim cuberta com huma manga de* [fl. 31v] *vidro que tem de alto dous palmos e meio*
>
> *Quatro mangas com suas tampas duas lousa da India azul e branco com ouro, e duas do japão preto e ouro todas de mais de palmo de alto*
>
> *Tres sobreportas de madeira pintado de verde e encarnado com sua talha dourada*
>
> *Seis cortinas de nobreza encarnada com seu galão de retros que servem nas mesmas sobreportas*
>
> *Huma banca de pao-santo com os pes torneados sem gavetas que tem seis palmos de comprido e mais de tres de largo*
>
> *Huma duzia de cadeiras madeira de nogueira com os assentos de palhinha os pes de cabra com suas conxas e tambem nos encostos e filetes dourados em bom uzo*
>
> *Esta caza tem as paredes todas cubertas de couro dourado, e de varias cores e figuras, e toda esteirada com esteira da terra*[9].

Assim, o palácio estava subdividido em vários espaços, e distribuídos por dois pisos distintos, seguindo aliás os tratados arquitetónicos da época (Caldas e Coutinho 2014, pp. 142 e 143). No piso térreo estariam localizadas várias «cazas», ou seja, vários compartimentos com funções diferenciadas: a casa do almoxarife, dos colchões, da copa, da cozinha, dos cocheiros, dos moços da sala, a cavalariça e oficinas, além de quartos destinados à acomodação de hóspedes. Por sua vez, no piso nobre, a residência subdividia-se em duas alas diferenciadas: o piso de salas de aparato, designadas também como «cazas», num total de sete, e a ala oposta, destinada aos aposentos mais privados, assinalados como câmaras[10].

---

[8] ANTT. *Orfanológicos, Inventário dos bens do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida*, letra C, maço 82, n.º 1, fl. 31.
[9] ANTT. *Orfanológicos, Inventário dos bens do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida*, letra C, maço 82, n.º 1, fls. 31v e 32.
[10] ANTT. *Orfanológicos, Inventário dos bens do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida*, letra C, maço 82, n.º 1.

Se atentarmos ao já aludido inventário dos bens de D. Tomás de Almeida, este documento indica vários espaços/funcionalidades dentro do palácio, o que é útil para melhor compreendermos as atividades e os circuitos existentes paredes adentro desta residência, embora subsistindo algumas incertezas quanto à disposição dos mesmos dentro dela.

> *determinou amplia-las e mandou com grande extensão duplicar-lhe muitas mais cazas no seu pavimento nobre fazendo guarda-roupas, gabinetes, cameras, huma magnifica caza de tribuna toda de pedraria lustrada escada nobre, grande sala e dormitorio extenso pera família, o que tudo se acha paramentado de alfaias que com decencia e grandeza ornão o dito Paço; e o quarto baixo se acha destribuido em acomodasoins pera os hospedes que vezitavão a Sua Eminencia, em cujo plano estão em boa cituação o tinelo, copa, cozinha, despensas, e mais cazas respectivas a estas oficinas que todas eram feitas a fundamentis com mão-larga tanto na sua extensão como no género dos matereais de que se compõem, provendo-as assim a cozinha como a copa, esta de muitos estanhos, lousas finas e vidros, e aquela de muitos cobres e instromentos de ferro pera o seu serviço como vai com destinsão declarado neste inventario; e porque herão precisas oficinas rusti*[11].

Este espaço magnífico, e em particular estas salas de aparato do piso nobre, recebeu por várias ocasiões D. João V e a família real no contexto de acompanhamento da Real Obra de Mafra. As *Memórias Paroquiais* relatam que do rio de Sacavém se encaminhava um braço que terminava no lugar de Santo António, um esteio que em maré cheia era navegável até ao porto do sítio, e que permitia chegarem ali os batelões da Ribeira das Naus e barcos grandes em que foram transportados as estátuas e os sinos para a Real Obra de Mafra. O rei D. João V mandou alargar o dito braço do esteio, em 1730. Para a sagração dos sinos e demais materiais mandou-se construir nas imediações da igreja uma grande barraca, com grossas vigas capazes de suspender todos os sinos que haveriam de ir para Mafra. Era essa construção efémera ricamente guarnecida com panos no seu interior, além de alcatifas, sendo toda ela coberta com velas de navios.

> *Pelo mesmo ano tinha El Rei D. João o quinto mandado alargar e aproximar mais ao lugar de Santo António a vala que vem do rio de Sacavém a que chamam o Esteio para dela conduzir para Mafra tudo quanto vinha ou do Reino ou de fora dele em Embarcações e no mesmo lugar referido junto do cemitério da Igreja para a parte do Sul no sitio onde hoje esta plantada parte da alameda da cerca*

[11] ANTT. *Orfanológicos, Inventário dos bens do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida*, letra C, maço 82, n.º 1, fls. 66 e 66v.

da Mitra tinha mandado fazer uma extensa barraca com grossas vigas capazes de suspenderem todos os sino que haviam ir para a Basílica da vila de Mafra ordenando que a dita barraca se armasse ricamente interiormente e pelo chão com ricas alcatifas e para impedir as chuvas se cobriu a dita barraca com velas de Navios[12].

Pelo mesmo texto temos conhecimento das deslocações de D. João V a Santo Antão do Tojal, na sua maioria para acompanhar as várias cerimónias da Bênção dos Sinos destinados à basílica de Mafra. A descrição mais completa é a de um jantar realizado a 16 de outubro de 1730, o que nos permite chegar ao cerne da nossa questão neste texto.

No dia 16, em que o tempo estava muito rigoroso, sem ter notícia prévia, apareceu no palácio, numa sege da casa real o Mestre da capela da Sé de Évora, Pedro Vaz Rego que deu noticia que sua Majestade vinha jantar por causa da sagração de outros sinos, dando D. Tomás de Almeida as ordens necessárias para o devido efeito. […] *Chegando a Majestade pelo meio dia jantou em a casa da tribuna a que assistiu somente o Duque de Cadaval, D. Jaime Pereira de Melo, estribeiro mor, o qual jantou posteriormente na sala antecedente junto com o confessor de sua majestade, o Padre Martinho de Barros da Congregação do oratório assistindo-lhe os gentis homens da casa do patriarca e ao mesmo tempo noutra sala jantaram o prior de São Nicolau, João Antunes Monteiro, o referido Mestre da Capela e o Guarda Roupa de sua Majestade com assistência dos Guardas Roupas e Porteiro da Casa do patriarca e noutra sala jantaram o cirurgião do rei, Manuel Vieira, os Reposteiros e mais Oficiais da Casa Real a que assistirão os moços de pé do prelado e posteriormente jantou D. Tomás de Almeida com os seus parentes que se achavam no sitio*[13].

A disposição espacial dos vários participantes no jantar de 16 de outubro de 1730 obedeceu a uma rigorosa etiqueta. Todo o piso de aparato do palácio de D. Tomás de Almeida foi utilizado, sendo que a Tribuna, elemento que ligava o palácio ao espaço religioso, como referido, foi ocupada pelo monarca, o qual jantou sozinho, como era frequente, apenas servido pelo duque de Cadaval, D. Jaime Pereira de Melo, estribeiro-mor. Assim, os vários participantes ocuparam espaços bem diferenciados (ver esquema da disposição espacial na Fig. 14), organizados de acordo com a etiqueta e posição social: na sala 8, a Sala da Tribuna, jantou o monarca; na sala 7,

[12] ANTT. *Memórias Paroquiais*, vol. 36, n.º 58, p. 485.
[13] ANTT. *Memórias Paroquiais*, vol. 36, n.º 58, pp. 486-487.



Fig. 14
Vista aérea do palácio onde se assinalam as diversas salas do piso nobre: sala 8 Tribuna; sala 5 representações das Artes Liberais; sala 3 dos Elementos da Natureza e Estações do Ano; sala 2 com representações de albarradas; e a zona 1 destinada à escada de aparato
Fonte: Base da imagem: Câmara Municipal de Loures

o estribeiro-mor e o confessor do rei; na sala 6, os priores que acompanharam o rei, o mestre da capela e o guarda-roupa do rei; na sala 5, o cirurgião, os reposteiros e os oficiais da Casa Real; e na sala 4, por fim, jantaram D. Tomás de Almeida e os seus parentes.

Mas o jantar incluiu também um momento musical: os familiares do patriarca entoaram várias cantorias a pedido do rei. Para tal, os ditos familiares aproximaram-se do local onde estava o rei, deslocando-se para uma sala mais próxima da dele para que, embora não pudessem ver o rei, fossem os seus cantos melhor audíveis pelo monarca. De facto, estar perto do rei, poder ver a sua figura, era um privilégio só permitido a alguns e em momentos especiais.

> *e aconteceu que noticiando o dito Mestre da Capela a sua Majestade que tinha ouvido aos familiares do prelado cantar várias cantorias com pico e galanteria, ordenou D. Tomás de Almeida que os familiares repetissem os mesmos cânticos em sala onde os pudesse ouvir o Rei*[14].

A cerimónia só terminou pelas três da manhã com a ida até à igreja onde D. João V se despediu do patriarca. Como se vê, as descrições do dito jantar nas *Memórias Paroquiais* evidenciam uma forte hierarquização social à mesa e a sua correlação com o dispositivo arquitetónico daqueles interiores, ou seja, com as várias salas de aparato do palácio. Como já referido, a distribuição das pessoas no espaço, longe de ser casual ou informal, evidencia o lugar de cada participante na vida cultural e social-simbólica desta corte do século XVIII. A distribuição da(s) mesa(s) nos vários espaços do palácio é a metáfora perfeita do lugar de cada elemento na sociedade e

[14] ANTT. *Memórias Paroquiais*, vol. 36, n.º 58, p. 487.

do seu estatuto. Também aqui, no palácio de verão deste primeiro patriarca, o ritual, a imagem, a arquitetura podem ser vistos como instrumentos de confirmação do poder régio. A hierarquização rigorosa, o cerimonial de etiqueta estão intimamente relacionados com os privilégios que tanto a alta nobreza como os altos dignitários eclesiásticos obtinham junto do rei (Pereira 1992, p. 71). A tais privilégios só poderiam ter acesso aqueles que participassem no quotidiano do monarca direta ou indiretamente. Esta lógica de sociabilidade de corte implicava aceitar e seguir todo o cerimonial e a etiqueta exigida pela *entourage* de D. João V.

Portanto, o jantar aqui analisado insere-se num evento mais vasto que englobou vários momentos; a deslocação do rei e de alguns elementos da corte até à quinta de recreio do patriarca, a cerimónia da Bênção dos Sinos destinados à basílica de Mafra, a qual implicou um desfile; as cerimónias religiosas na igreja de Santo Antão do Tojal. Importa salientar a deslocação do rei e dos restantes notáveis como os nobres que o acompanharam, religiosos, irmandades, soldados, todos eles materializando um pequeno cortejo entre o palácio e a barraca, local onde se procedeu à dita cerimónia da bênção.

> *e como o tempo estava tão rigoroso de chuva trovões e relâmpagos convidado sua Magestade e ao Prelado para ir com ele no coche este replicou não fazia aceitação* […] *se mandarão por ordem de El Rey pranchas de madeira desde o Palácio até a dita barraca por onde foram as referidas pessoas e suas famílias e mais Eclesiásticos e por causa da escuridão da noute se ascenderão muitos archotes e as lanternas da Irmandade do Santíssimo e feita dita função e acabada pelas duas para as três horas do dia seguinte foi El Rey acompanhar sua Iminência até a Igreja onde se despediu dele com grandes ações de benevolência*[15].

Neste contexto, o jantar é um momento privado solene, por oposição aos restantes que evidenciam claramente um carácter mais público. Em todos os espaços onde os vários momentos se desenrolaram, sejam públicos ou privados, a encenação dos mesmos terá merecido cuidado. Por exemplo, a barraca montada para suspender os sinos chegados ao Tojal foi forrada com velas de navios e ornamentada com ricos panos. Possivelmente, outras estruturas mais efémeras fizeram parte do espetáculo de apresentação pública de convidados tão ilustres, nomeadamente decoradas com bandeiras, panos suspensos, iluminações, estas últimas essenciais para alterar a configuração do espaço urbano, a praça, considerando que a bênção aconteceu em ambiente noturno. Este pequeno extrato das *Memórias Paroquiais* é representativo da importância cénica da praça monumental, pois sendo nesta época o espaço da

[15] ANTT. *Memórias Paroquiais*, vol. 36, n.º 58, p. 487.

festa por excelência a cidade (Ferreira-Alves 2014, p. 191), neste caso estamos perante uma praça sita em meio rural. Este evento representou, como tantos outros similares, a encenação do poder absoluto, simbolizando a perfeita conjugação do rei e de uma figura eclesiástica importante, o representante do papa na corte de D. João V.

Retornando ainda ao jantar que antecedeu a cerimónia da Bênção dos Sinos, também aqui, como referimos, a refeição do monarca se realizou num ambiente privado e seguiu um protocolo rigoroso e ritualizado. Podemos deduzir que este jantar foi servido em peças de porcelana e de prata, de acordo com as regras de etiqueta trazidas de França. Não terão faltado igualmente as novidades da época, como o café, o chocolate, ou o tabaco moído.

Porém, as *Memórias Paroquiais* não descrevem a ementa servida pelo patriarca neste jantar, nem nos restantes oferecidos ao rei noutros momentos, na sua quinta de recreio. Seguindo a descrição de outras situações análogas de jantares ocorridos na corte e nas casas da grande nobreza, este jantar de 16 de outubro de 1730 terá sido, verosimilmente, servido de acordo com as normas da época, considerando as figuras envolvidas — o rei (como convidado) e D. Tomás de Almeida (como o senhor da casa).

Sabemos que a importância da sociabilidade à volta da mesa aumenta após a Restauração, com a presença do rei e corte na capital (Rodrigues 2011, p. 438) e a deslocação das grandes famílias para a corte, nomeadamente construindo palácios para assim estarem mais próximas do poder. A proximidade com o rei garantia títulos e benefícios essenciais para manterem o estatuto privilegiado, a vida de aparato e fausto em consonância com o seu estatuto social. Neste contexto, os banquetes, jantares, merendas e «refrescos» servidos nas quintas de recreio, como é o caso do jantar de 16 de outubro de 1730, constituíam momentos de afirmação de poder através da opulência e luxo, onde cada participante encenava o seu papel social, bem evidente na etiqueta e rituais que acompanhavam a sociabilidade à mesa.

Também a corte portuguesa seguiu a elite europeia da época, e procurou imitar a etiqueta e o aparato cénico da corte de Luís XIV, comportamentos palacianos presentes não só na mesa real, mas reproduzidos de algum modo nas casas nobres (Rodrigues 2011, p. 438). Apesar da ausência de informações concretas sobre as iguarias mandadas servir pelo patriarca, e de desconhecermos muito de tudo o que rodeava esse ato específico, sabemos, todavia, que o palácio de Santo Antão do Tojal se tornou cenário da cultura cortesã e das redes de poder, refletindo fidelidades, recompensas e, claro, o papel do patriarca no xadrez político da época.

Uma vez que a descrição do jantar oferecido por D. Tomás de Almeida a D. João V é muito limitada, e considerando que estamos na presença de duas figuras cimeiras da corte, socorremo-nos de outros exemplos, como o banquete oferecido por D. Pedro na sua quinta de recreio de Queluz, onde a disposição das mesas e seus ocupantes foi

estabelecida de acordo com a sua distinção social, e seguiu ainda o Regimento dos Offícios da Caza Real delRey D. João o IV (Rodrigues 2011, p. 439).

Possivelmente o jantar que aqui analisamos incluiu três cobertas, seguindo as normas descritas no livro de Domingos Rodrigues, a *Arte de Cozinha*. Nesta obra, o autor mencionado preocupou-se não só em fornecer, em 1680, um receituário para ser seguido pelas grandes casas nobres, como acrescentou, pouco depois, uma terceira parte sobre o serviço de banquetes (1639), o que evidencia a importância destes momentos na comensalidade dessas elites dos finais do século XVII e século seguinte. Precisamente para o mês de outubro é apresentada uma extensa lista de iguarias, num total de 50 pratos (Rodrigues 2017, pp. 206-207), onde os pratos de carne são numerosos, mas também as empadas muito variadas, tortas e pastelões, assim como doces, como sejam as tortas de fruta e ovos, os pastéis de ovos moles, os pastéis de manjar real ou os pratos de manjar branco.

> *sistema de pratos grandes e pratinhos, bem delimitados nos menus do livro de Domingues, «Arte de Cozinha», continuou na moda até pelo menos ao governo de D. José I, como confirmam as múltiplas edições que a obra atingiu no século XVIII* (Algranti 2011, p. 253).

Assim, colocamos como hipótese plausível que neste jantar promovido pelo patriarca em Santo Antão do Tojal os três serviços fossem apresentados sequencialmente, cada um caraterizado por pratos específicos, doces e salgados, seguindo o «serviço à francesa», como era a tendência das elites da época. Uma das características principais deste tipo de «serviço à francesa» implicava que todos os pratos do mesmo serviço deveriam ser apresentados simultaneamente sobre a mesa, e dispostos de forma simétrica (Algranti 2011, p. 250). Nunca é demais enfatizar que no universo do ritual da comensalidade, espaços e cenografia estavam perfeitamente regulados[16], desde a escolha do local de cada interveniente até às gestualidades da praxe, e consequentemente a hierarquia simbólica do espaço e do tempo, como se pode constatar no jantar de 16 de outubro de 1730, realizado no palácio de Santo Antão do Tojal: quem punha a mesa, quem servia quem e como, tudo isso era fundamental, não descurando igualmente o protocolo a ser cumprido pelo serviçal encarregado da recolha dos pratos e os guardanapos usados nas diferentes mesas, armadas nos distintos compartimentos, mesas essas montadas nas «câmaras» ou «cazas» do piso nobre do palácio, para usar a terminologia desse período[17].

[16] A título de exemplo evocamos a cerimónia do batizado da infanta dona Maria Bárbara, realizada a 8 de dezembro de 1711. Ou o fausto presente na embaixada do marquês de Fontes a Roma, que excedeu a imaginação dos curiosos.
[17] Possivelmente vários serviçais da casa do primeiro patriarca puderam aproximar-se (e devem ter tido mesmo de o fazer) da mesa onde estava o rei, para poder ajudar a servi-lo, mas infelizmente não temos notícia de como isso era concretamente realizado: quais os incluídos e quais os excluídos, tacitamente, dessa honra.

No que toca à baixela utilizada, e através de um inventário (realizado após o falecimento de Tomás de Almeida), temos conhecimento da existência, no palácio aqui em causa, de pratos de trinchar, sopeiras, tigelas de «louça azul e branca da Índia», tigelas com tampas de «louça azul e branca» da Holanda, copos e galhetas de vidro, entre outros[18].

Além disso, notícias de visitas de personalidades importantes à quinta de Santo Antão do Tojal prolongaram-se no tempo, e de algumas chegaram-nos referências a jantares aí havidos, mas infelizmente as descrições de tais eventos — certamente consagrados pelo uso e sem precisarem de ser passadas a escrito — são extremamente parcas.

Evidentemente, a presença dos membros da Casa Real em qualquer espaço era um acontecimento de carácter público de grande impacto simbólico e social, e, como toda a vida do rei e da corte, um permanente exercício, diríamos teatral, de encenação de diferentes categorias sociais e sua hierarquização. Tomás de Almeida, assim como outros clérigos e famílias da nobreza, procuravam replicar os modos e hábitos da cultura cortesã, sua escala de valores, serviços e recompensas, reproduzindo o modelo assente na fidelidade, em graças e obrigações mútuas, cujo lugar de manifestação por excelência eram os espaços palacianos, onde se teciam decisões ao longo de redes de poder e de influência.

D. João V, inspirado nas cortes europeias — sobretudo Roma e Paris —, aspirava legitimamente a um estatuto régio equiparável às maiores potências europeias, o que também se refletiu, entre uma miríade de outros factos, na criação da Patriarcal e na nomeação de Tomás de Almeida, como já foi salientado. Com honras de cardeal e conselheiro de Estado, o patriarca era uma figura central da corte e, obviamente, do projeto de engrandecimento de algo tão importante como seria a capela real.

Este modelo político, cuja centralidade eram as sociabilidades que ocorriam no espaço em redor do corpo do monarca e no interior palaciano, assentava numa rede de intimidades, privilégios, benefícios e recompensas, que criaram um cenário político centrado no ambiente do Paço da Ribeira em Lisboa e, em particular, para o que aqui nos interessa, nos palácios dos nobres construídos ao longo dos principais eixos de circulação entre a capital e Mafra. É este o contexto do palácio de Santo Antão do Tojal, que recebeu, em 1730, várias vezes D. João V, nas celebrações da sagração dos sinos da basílica de Mafra, como atrás aludimos.

O palácio de Santo Antão do Tojal, cenário de banquetes régios, integra hoje a Rota Memorial do Convento, já atrás ressaltada por ser algo de interesse público, perpetuando a memória barroca no concelho de Loures e o esplendor de um tempo

[18] Cf. ANTT. *Orfanológicos*, letra C, maço 82, n.º 1, fls. 69-61v.

em que a mesa e a degustação de iguarias eram um ponto focal de um palco de representação da vida política e social.

Aliás, mais em geral, todos sabemos, a partir dos estudos de antropologia da alimentação humana, que em todas as culturas existem regras, normalmente até apenas implícitas, que regulam os atos de comensalidade, que em muitos casos são momentos de afirmação de uma coletividade como tal. Comer em comum, incorporar os alimentos — que são tudo menos estritos itens necessários à manutenção do corpo — é uma afirmação, sempre, de algo muito mais importante do que o simples nível «biológico» dessa manutenção. Poderíamos enunciar essa ideia desta forma: «diz-me o que comes e com quem comes, e dir-te-ei quem és». Já em torno de mesas de comensalidade os antigos gregos (os homens livres) se reuniam para filosofar: basta lembrarmo-nos de Platão. Mas o banquete, ou simpósio, era em toda a antiguidade uma cerimónia de pessoas abastadas, com os seus artefactos de prestígio associados. Para além desta regra geral, nas sociedades altamente hierarquizadas, e no caso do Barroco, em que a corte de Versalhes se nos apresenta como um paradigma maximamente eloquente, é óbvio que o banquete tinha de ser algo de muito importante na vida palaciana, depois imitado, na medida do possível, conforme os tempos e os lugares, em toda a parte onde a nobreza, e mais tarde a burguesia, não dispensava os requintes que a distinguiam publicamente como a classe que tinha tempo para o pretensamente «inútil». Porque esse «consumo do inútil», como diríamos hoje, em requinte, lazer, tempo e espaço, era precisamente o que à evidência confirmava aos seres humanos que uns tinham nascido para comandar e os outros para obedecer.

FONTES

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT. *Memórias Paroquiais de Santo Antão do Tojal*, vol. 36, pp. 365-534. PT/TT/MPRQ/36/58.

ANTT. *Orfanológicos, Inventário dos bens do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida*, letra C, maço 82, n.º 1. PT/TT/IFF/003/0082/00001.

Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico

AML-AH. *Chancelaria Régia*, Livro 1.º de consultas e decretos de D. João V do senado ocidental, Aviso sobre a cerimónia da entrada do Patriarca em Lisboa, fl. 105.

BIBLIOGRAFIA

ALGRANTI, Leila Mezan, 2011. Rituais e protocolos das mesas reais no século XVIII. Em: Ana Isabel BUESCU, e David FELISMINO. *A mesa dos reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*. Lisboa: Círculo de Leitores; Temas e Debates, pp. 244-259. ISBN 978-972-42-4645-6.

BARBOSA, Fernando António da Costa de, 1754. *Elogio Historico, Vida e Morte do Eminentíssimo e Reverendíssimo Senhor Cardeal D. Thomás de Almeida, 1.º Patriarca da Santa Igreja de Lisboa,*

Capelão-mor de S. Magestade Fidelissima e seu Conselheiro de Estado. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, pp. 150-151.

BEBIANO, Rui, 1987. *D. João V. Poder e Espectáculo*. Aveiro: Livraria Estante Editora.

BRAZÃO, Eduardo, 1943. *Subsídios para a História do Patriarcado de Lisboa, 1716-1740*. Porto: Livraria Civilização.

BUESCU, Ana Isabel, e David FELISMINO, 2011. *A mesa dos reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*. Lisboa: Círculo de Leitores; Temas e Debates. ISBN 978-972-42-4645-6.

CÂMARA, Maria Alexandra Gago da, 2011. Aparato e cenografia. A representação das artes da mesa na azulejaria do Portugal moderno (séculos XVII e XVIII). Em: Ana Isabel BUESCU, e David FELISMINO. *A mesa dos reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*. Lisboa: Círculo de Leitores; Temas e Debates, pp. 420-447. ISBN 978-972-42-4645-6.

CALDAS, João Vieira, 1999. *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. ISBN 972-9483-31-0.

CALDAS, João Vieira, e Maria João Pereira COUTINHO, 2014. O nome e a função: terminologia e uso dos compartimentos na casa nobre urbana da primeira metade do século XVIII. Em: Isabel MENDONÇA, Hélder CARITA, e Marize MALTA. *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia de interiores.* Lisboa: Instituto de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 134-189. ISBN 978-989-99192-0-4.

CARAPINHA, Aurora, 1995. *Da essência do jardim português.* Tese de doutoramento, Departamento de Arquitetura da Universidade de Évora.

CARITA, Hélder, 2013. *A Casa Senhorial em Portugal: modelos, tipologias, programas interiores e equipamento*. Alfragide: Leya. ISBN 978-989-660-393-9.

CASTRO, João Baptista de, 1763. *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Na Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, tomo 3, parte 5, pp. 481-484.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime, 2014. O «Magnífico Aparato»: Formas da Festa ao serviço da família real no século XVIII. *História: Revista da Faculdade de Letras*. Porto: FLUP, **12**, 155-220.

MARTINHO, Bruno A, 2011. Pôr a mesa no Paço da Ribeira. Espacialidades e encenações de refeição no interior do palácio régio. Em: Ana Isabel BUESCU, e David FELISMINO. *A mesa dos reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*. Lisboa: Círculo de Leitores; Temas e Debates, pp. 116-133. ISBN 978-972-42-4645-6.

MECO, José, 1985a. O Palácio da Mitra em Lisboa e os seus azulejos – I. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2.º trimestre, ano 46, série 2, (12), 25-40.

MECO, José, 1985b. O Palácio da Mitra em Lisboa e os seus azulejos – II. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2.º trimestre, ano 46, série 2, (13), 13-31.

MIGUEL, Pedro Lopes Madureira Silva, 2012. *Descobrir a Dimensão Palaciana de Lisboa na Primeira Metade do século XVIII. Titulares, a Corte, Vivências e Sociabilidades*. Dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos, Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 2011. Cozinha, «família» e cavalariças: padrões de consumo da aristocracia de corte em Portugal no século XVIII. Em: Ana Isabel BUESCU, e David FELISMINO. *A mesa dos reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*. Lisboa: Círculo de Leitores; Temas e Debates, pp. 101-116. ISBN 978-972-42-4645-6.

NETO, Henrique Maria Craveiro Reis de Carvalho, 2018. *Lisboa: Os homens da confiança régia ao tempo de D. João V*. Dissertação de mestrado, Departamento de História Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

PEREIRA, Ana Marques, 2011. «Ofícios de boca» na Casa Real Portuguesa (séculos XVII e XVII). Em: Ana Isabel BUESCU, e David FELISMINO. *A mesa dos reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*. Lisboa: Círculo de Leitores; Temas e Debates, pp. 82-99. ISBN 978-972-42-4645-6.

PEREIRA, José Fernandes, 2022. *Arquitetura Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN 978-989-644-649-9.

PEREIRA, José Fernandes, 1992. *Arquitetura Barroca em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação. Biblioteca Breve, 103. ISBN-10 972-566-171-0.

PEREIRA, José Fernandes, 1991. *A acção artística do primeiro Patriarca de Lisboa*. Lisboa: José Fernandes Pereira; Quimera Editores. ISBN 972-589-009-4.

PIMENTEL, António Filipe, 2012. D. João V e a imagem do poder: o terreiro ao revés. Em: Miguel Figueira de FARIA. *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio: história de um espaço urbano.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda; Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 73-94. ISBN 978-972-27-2090-8.

PIMENTEL, António Filipe, 2009. D. Tomás de Almeida (1716-1754). Em: Carlos A. Moreira AZEVEDO, Sandra Costa SALDANHA, e António Pedro BOTO. *Os Patriarcas de Lisboa*. Lisboa: Centro Cultural do Patriarcado; Aletheia Editores, pp. 13-31. ISBN 978-989-622-165-2.

PIMENTEL, António Filipe, 2000. D. João V e a festa devota: do espectáculo da política à política do espectáculo. Em: Ana Paula Rebelo CORREIA, et al. *A Arte Efémera em Portugal.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 151-166. ISBN 972-8128-65-7.

REIS, Carlos Xavier Pinheiro Matos dos, 2017. *Os jardins do Palácio dos Arcebispos de Santo Antão do Tojal.* Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

RODRIGUES, Ana Duarte, 2011. Banquetes, jantares, merendas e refrescos nas quintas de recreio. Realidade e representação. Em: Ana Isabel BUESCU, e David FELISMINO. *A mesa dos reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*. Lisboa: Círculo de Leitores; Temas e Debates, pp. 438-452. ISBN 978-972-42-4645-6.

RODRIGUES, Domingos, 2017. *Arte de Cozinha*. Apresentação, notas e glossário de Maria da Graça PERICÃO, e Maria Isabel FARIA. Lisboa: Relógio D'Água. ISBN 978-989-641-734-5.

SARAMAGO, José, 2014. Memorial do Convento. 64.ª edição. Porto: Porto Editora; Fundação José Saramago. ISBN 978-972-0-04671-0.

SIMÕES, João Miguel Ferreira Antunes, 2022. *Escadarias de aparato na Corte de Lisboa no século XVIII*. Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SIMÕES, João Miguel Ferreira Antunes, 2017. *Mitra. História, Arquitetura e Património*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Departamento de Gestão Imobiliária e Património.

TEDIM, José Manuel, 1999. *Festa Régia no tempo de D. João V: poder, espectáculo e arte efémera*. Tese de doutoramento, Universidade Portucalense Infante D. Henrique.